

# Editorial / Editorial

A presente edição da revista *Tensões Mundiais* vem à tona alguns meses após a realização do I Congresso Internacional de Direito, Economia, Educação e Geopolítica, sobre o tema “Refugiados e Transformações Globais”. O evento ocorreu em Fortaleza, no período de 12 a 14 de novembro de 2018, na Universidade Federal do Ceará. Este dossiê é fruto da seleção de textos apresentados nos seis grupos de trabalho, que abordaram a situação dos refugiados na conjuntura geopolítica mundial, sob os mais diversos aspectos e enfoques teóricos.

A ideia de lançar esta edição temática deve-se à crescente relevância dos estudos sobre migrações, que ganham dimensões dramáticas no atual cenário internacional. Além disso, a presente edição enseja um olhar multidisciplinar que abrange conhecimentos em direito, relações internacionais, história, geografia humana, economia, sociologia e ciência política. Para entender como a nação influencia o estudo dos deslocamentos humanos, é preciso ter em mente a relação entre o nacionalismo e o internacionalismo e como as ciências sociais, sobretudo no pós-guerra, passaram a compreender esses fenômenos.

De modo geral, os imigrantes questionam a unidade entre povo e nação, pois aparecem como pontos destoantes nas “cores puras” do ambiente nacional. Eles lembram aos construtores da nação e aos cientistas sociais as minorias étnicas que foram “absorvidas” no corpo nacional, através de uma política de assimilação forçada e integração benevolente. É nesse sentido que Benedict Anderson, em seu artigo “Problemas dos nacionalismos contemporâneos”, publicado na primeira edição deste periódico, refletia sobre as migrações humanas e suas consequências ambíguas para o futuro dos nacionalismos. Ele ressaltava a intensificação dos fluxos

migratórios, o fenômeno das duplas nacionalidades e o sentimento nacional entre pessoas que residem no estrangeiro.

Segundo a *Oxford Committee for Famine Relief* (Comitê de Oxford para o Combate à Fome – ou Oxfam, em sua sigla em inglês), existem mais de 65 milhões de pessoas em todo o mundo que são oficialmente compelidas a deixar seus lares por força de conflitos, violências e perseguições. Trata-se do maior número registrado pelas Nações Unidas, desde a Segunda Guerra Mundial. A maior parte destas vítimas de deslocamentos forçados permanece dentro de seu próprio território nacional ou migra para países vizinhos, como são os casos das migrações para a Nigéria, resultante dos ataques do grupo radical Boko Haram; para o Líbano, devido à guerra civil na Síria; e também para os países da América do Sul, em razão da fuga de milhares de colombianos da guerrilha, bem como por efeito da crise política na Venezuela.

Iniciamos com a instigante conferência de Hermann Voegen, que esteve em Fortaleza, no mês de outubro de 2018, a convite do Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da UECE. O professor da Universidade de Postdam nos conta como governo, universidade e grupos ativistas estão enfrentando o desafio dos imigrantes na Alemanha. Sua fala ressalta a solidariedade e a coragem dos que assumem o compromisso de estar com os refugiados e, com eles, buscam construir uma vida melhor.

Na sequência, apresentamos artigos, em sua maioria de jovens pesquisadores, que trazem variadas abordagens metodológicas e conteúdos, permitindo oferecer aos leitores ricas discussões conceituais e empíricas sobre a temática do refúgio.

Andreza Proença Kasprzak e Renan Cajazeiras Monteiro trabalham com a proteção à dignidade humana, face ao aumento incessante do número de refugiados. O estudo aporta dados quantitativos que relacionam os conflitos em determinadas zonas, particularmente no Oriente Médio e na África, com o crescente deslocamento de sua população, fazendo com que ela busque acolhimento em outros países. A preocupação dos autores com a complexa realidade dos refugiados levou-os a concluir que estes sofrem múltiplas violações de sua dignidade humana por parte do

Estado onde nasceram, do que fecha suas fronteiras e impede sua entrada e do que os acolhe, mas não proporciona as condições necessárias para que esses indivíduos reestabeleçam sua integridade. Não fosse isso o bastante, há a violência da sociedade, que trata os refugiados com xenofobia, discriminação e racismo.

Algumas questões não abordadas na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 colocam desafios ao direito internacional, como é o caso das migrações pelo mar e daquelas provocadas por desastres ambientais, ambas cada vez mais frequentes. Este é o objeto da pesquisa de Laís Maria Belchior Gondim e Tarin Cristino Frota Mont'Alverne que discutem a conceituação e os instrumentos que podem ser utilizados para a proteção desse grupo extremamente vulnerável de pessoas. O tema foi escolhido tendo em vista sua contemporaneidade, a relevância do prisma humanitário e a urgência de uma séria reflexão acadêmica sobre o conceito de refugiados ambientais, nos tratados internacionais, e sobre os riscos das travessias pelo mar realizadas, frequentemente de modo irregular e lucrativo para os contrabandistas.

Frente aos problemas socioculturais, econômicos e políticos que afetam os refugiados, o que esperar da atuação do Brasil, país de grande diversidade cultural e que recebeu fluxos migratórios das mais variadas partes do globo, embora nem sempre tenha lidado de forma harmoniosa com os estrangeiros? Cristino Tomaz, Elizabeth Rodrigues e Tereza Cristina Rodrigues desenvolvem este assunto mostrando que, segundo Relatório da ONU, o número de refugiados no Brasil saltou de 5.157, em 2010, para 41.080, em 2017. Daí decorre a urgência de implementar políticas públicas de garantia dos direitos fundamentais deste grupo. Para os autores, a igualdade é princípio básico de um Estado Democrático de Direito e fundamenta a necessidade de tutela aos direitos das pessoas, independentemente de sua condição. Cabe indagar se a atual Lei de Migração brasileira permite uma maior proteção dos direitos humanos, principalmente, dos refugiados.

Ainda com o olhar voltado para a América do Sul, Fernanda Cláudia Araújo da Silva e Estevão Mota Sousa discute os efeitos sociais e administrativos do fluxo migratório proveniente da Venezuela nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. O artigo analisa

a discriminação, o estigma e a vulnerabilidade a que estão submetidos os imigrantes do país vizinho, buscando responder à pergunta sobre uma possível correlação entre o aumento da pobreza em Roraima e a chegada dos venezuelanos àquele estado. Tal situação está longe de ter uma solução. Além da competição por empregos, observa-se o surgimento de um sentimento anti-imigrante, devido às diferenças de etnia, língua, religião e comportamentos, que seriam vistos como uma ameaça à estabilidade político-social e à segurança brasileiras.

Susi Castro Silva traça um panorama da violação de direitos humanos na Colômbia, no contexto da “Paz de Havana”, com o intuito de investigar as hipóteses de continuidade ou interrupção da concessão de refúgio aos colombianos pelo Brasil. Seu olhar está direcionado para os milhares de *niños*, vítimas de estratégias cruéis empreendidas pelas partes envolvidas no conflito de mais de 50 anos entre governo, paramilitares e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A pesquisadora enfatiza que os colombianos eram a maioria dentre os solicitantes de refúgio ao Brasil, mas a adesão do país ao Acordo de Residência do Mercosul reduziu sua contabilização como refugiados. Ao final, ela pondera que aspectos legais e burocráticos não devem prevalecer sobre o dever humanitário de proporcionar proteção integral às crianças (desacompanhadas, separadas ou com os seus familiares).

Nada mais distante deste triste momento na história da humanidade. A imagem de um pequenino refugiado sírio morto em uma praia da Turquia chocou o mundo por algumas horas. Fotos de centenas de refugiados empilhados em embarcações precárias se tornaram banais nos principais portais de notícias mundo afora. No contexto midiático de monopólio da informação, as imagens constituem uma linguagem poderosa que toca a sensibilidade humana – e é o tema de nosso próximo artigo. Instigados por sua formação em comunicação social, Maria Damasceno Jales e Felipe Mendes Pinot empreenderam uma alentada pesquisa sobre a construção da imagem de refugiados sírios pela mídia internacional, tendo como apoio conceitual o termo “foto-choque”, cunhado por Susan Sontag. O trabalho estimula uma reflexão crítica acerca de imagens que tanto retratam o sofrimento alheio enquanto

objeto de consumo e reforçam estigmas sociais, quanto possuem a função de denúncia social, podendo desencadear ações de mobilização.

As contribuições a seguir complementam o dossiê temático. Especialistas em suas respectivas áreas de conhecimento, José Antonio de Lima e Peter Rosset discorrem sobre a história de movimentos portadores de uma visão de mundo antiocidental e anti-imperialista.

A Irmandade Muçulmana nasceu em oposição ao domínio colonial no Oriente Médio, em particular no Egito. Na década de setenta do século passado, o ressurgimento islâmico foi alimentado pelo fracasso do liberalismo, do pan-arabismo e do nacionalismo, conforme observa José Antonio de Lima. Sob o governo de Mubarak, a Irmandade se destaca como força política de contestação ao regime, posição de que supostamente desfrutava, em 2011, quando a Primavera Árabe provocou a sua queda e abriu oportunidade para a eleição dos irmãos muçulmanos e sua posterior derrubada, em 2013.

A Via Campesina se originou das lutas de movimentos sociais rurais de diversos países, nos últimos 25 anos, quando ocorrem grandes mudanças na forma de pensar desses movimentos, com respeito à reforma agrária, à terra e ao território. A evolução do seu ideário, produzido dialeticamente como resultado de transformações no mundo e de intercâmbio de experiências e saberes dentro da Via Campesina, enquanto um movimento social transnacional, demonstra importantes aprendizagens. Pesquisador militante, Peter Rosset descreve o contexto atual das disputas com o capitalismo, tanto no plano material quanto das ideias, com destaque para a diversidade de atores na luta territorial e sem esquecer o papel do Estado diante da reivindicação de novos direitos.

Finalizamos esta edição com o artigo de Uriel Erlich sobre um assunto explosivo e que nos remete à persistência do colonialismo por parte das grandes potências: a Guerra das Malvinas. Autor de um livro que trata do movimento pendular da política externa argentina, este professor de sociologia da Universidade de Buenos Aires relata, com riqueza de fatos históricos, o processo de dominação das Ilhas Malvinas, desde o século XIX. Porém,

sua investigação se concentra no período do restabelecimento de relações diplomáticas entre a Argentina e o Reino Unido, a partir de 1989, tendo como referencial teórico o debate sobre soberania.

Desejamos uma excelente leitura!

Os editores